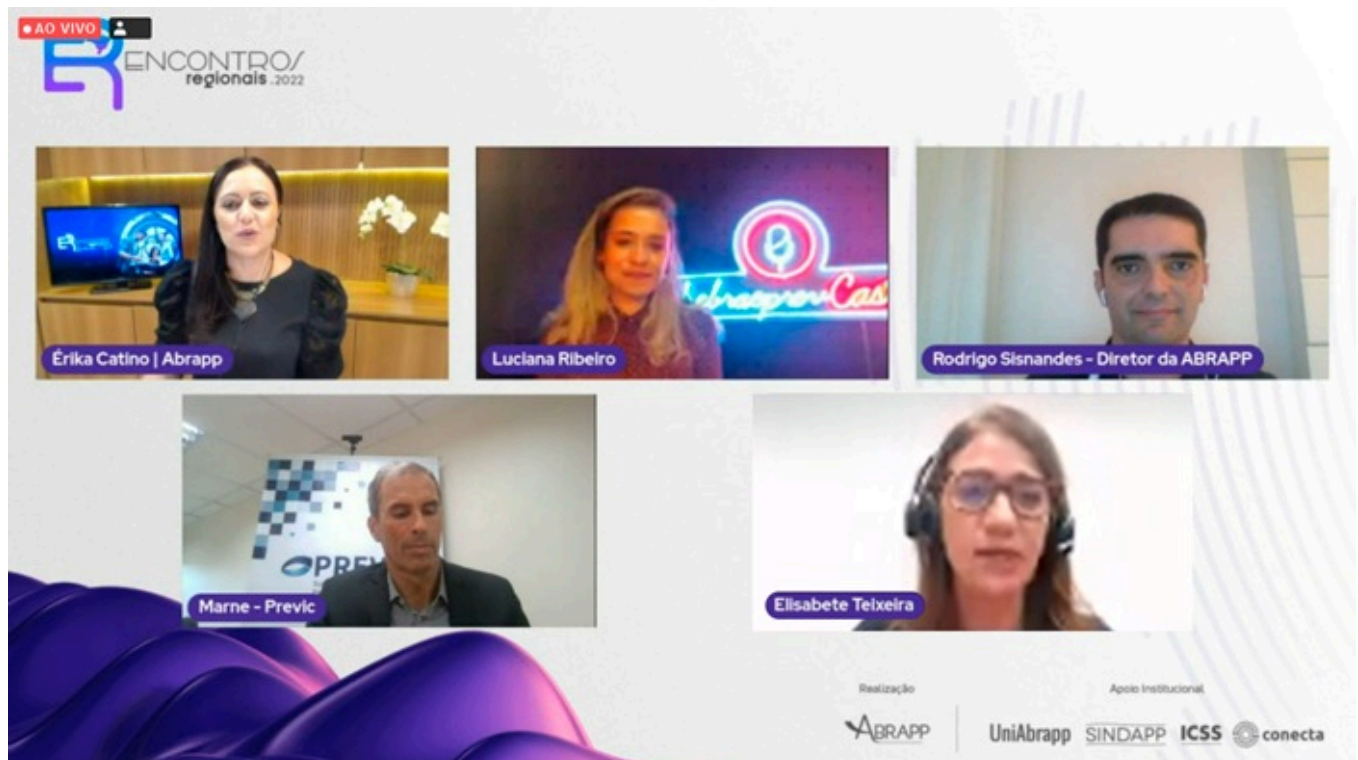


Por Alexandre Sammogini



O Encontro Regional Sudoeste + Sul da Abrapp discutiu o tema da comunicação e relacionamento das entidades com seus participantes e assistidos no quinto painel do encontro realizado nesta quarta-feira, 6 de abril. Com o título “Transparência e engajamento dos participantes”, o painel contou com a mediação de Rodrigo Sisnandes Pereira, Diretor Executivo da Regional Sul e apresentações de Carlos ; Marne Dias, Diretor de Fiscalização e Monitoramento da Previc; Maria Elisabete Teixeira, Diretora de Segurança da Valia; e Luciana Ribeiro, Coordenadora da Comissão Técnica Centro-Norte de Estratégias e Criação de Valor da Abrapp.

“Temos de conhecer melhor nosso participante para comunicar adequadamente. Temos uma avenida de oportunidades para serem exploradas”, disse Rodrigo Sisnandes, em referência aos novos planos família e a Previdência Complementar para os servidores públicos. Na abertura do painel, o Diretor Executivo da Abrapp defendeu que a comunicação é fundamental para o fomento e atração de novos públicos.

Em seguida, Carlos Marne Dias, Diretor de Fiscalização e Monitoramento da Previc, apontou a comunicação e a transparência como um dos temas prioritários para a atuação da autarquia nos últimos anos. Ele destacou o diálogo mantido com a Abrapp e as associadas para buscar o aperfeiçoamento das boas práticas nas questões de comunicação e relacionamento com os participantes.

Carlos Marne analisou que o advento da pandemia provocou uma maior procura por informações da parte dos participantes que demonstraram maiores preocupações com a situação de seus planos de benefícios. “A Previc foi muito acionada no período da pandemia”, disse o Diretor, que também apresentou todo o arcabouço regulatório que rege a questão da comunicação das EFPC, dando ênfase para a Resolução CNPC n. 32/2019. Ele lembrou que a norma foi editada pouco antes do início da pandemia e ajudou ao setor na adoção de melhores práticas de transparência.

O Diretor da Previc avaliou que a maioria das entidades já vinham cumprindo os principais parâmetros para divulgação de informações para os participantes e assistidos, mas que a nova

resolução promoveu maior sistematização em relação às práticas. Ele destacou também que a transparência cresce em importância no contexto do lançamento e multiplicação dos planos instituídos e aqueles voltados aos familiares dos participantes.

“Antes o público dos planos patrocinados era mais restrito. Agora com os planos família, é necessário adotar uma nova atitude, com a realização de programas de educação financeira e previdenciária”, disse Marne. Ele explica que os participantes de planos instituídos precisam estar mais envolvidos com as entidades, que precisam ir até eles para estimular os aportes e a retenção. O Diretor da autarquia orienta que as entidades devem usar todas as plataformas digitais existentes, comunicando em todas as redes onde o participante transita. Isso exige um trabalho profissional que exige técnica e conhecimentos específicos.

Linguagem clara e acessível - Maria Elisabete Teixeira destacou que o grande desafio da transparência é achar a melhor forma de passar as informações, pois a linguagem técnica deve ser traduzida para uma mais clara e acessível. Além disso, é preciso cuidar da privacidade dos dados dos participantes.

Outro aspecto importante é adotar estratégias adequadas para o conteúdo. “É fundamental um conteúdo relevante para gerar engajamento. A educação financeira e previdenciária se tornou o principal conteúdo para encorpar as campanhas de marketing”, disse.

As redes sociais também possuem relevância, pois são ferramentas que atuam no alcance de novos participantes e seus familiares. Por fim, as estratégias comerciais e de marketing se tornam diferenciais competitivos na sensibilização dos participantes para o plano família. Elisabete comentou que a Lei Geral de Proteção de Dados é uma importante iniciativa, mas por outro lado pode ser um dificultador para o alcance dos potenciais clientes.

Ampliar os horizontes - “É preciso mudar o olhar do agora e abrir os horizontes do futuro”, disse Luciana Ribeiro, Coordenadora da CT Regional da Abrapp e Gerente do Sebrae Previdência, em relação à comunicação com os participantes. Ela defendeu que a comunicação deve ser criativa e marcar presença nas redes sociais para atingir o público mais jovem. Mas também falou que é necessário comunicar para públicos que não são tão engajados nas redes, para os mais antigos, que também é um grande desafio chegar a eles.

A profissional disse que as pessoas em geral falam pouco de previdência no dia-a-dia. Para aqueles que atuam no nicho de previdência, o tema é bastante discutido, mas para o público em geral, é pouco acessado. Ela questionou então como fazer com que os participantes se interessem mais pelo tema? O primeiro ponto destacado foi o maior conhecimento sobre os próprios participantes através da utilização de informações da base de dados da entidade. Será que temos uma base de dados adequada e utilizamos com todo potencial?

Luciana destacou que os planos instituídos voltados para públicos mais amplos trazem o desafio de trabalhar com maior diversidade de participantes. “São pessoas que estão em diferentes regiões, com distintas idades e culturas”, comentou. Para alcançar um nível adequado de comunicação, é preciso analisar melhor o perfil dos participantes. A profissional disse também que outra estratégia é atrair os participantes com temas não diretamente relacionados à previdência, como por exemplo, o tema de viagens. O Sebrae Previdência, por exemplo, produziu uma série que trata de como realizar viagens a baixo custo em seu canal no Instagram.

Outra iniciativa da entidade é a série “Papo Kids” que aborda temas de interesse das crianças. “A partir de outros temas vamos fazendo links como nosso negócio, de maneira suave”, disse Luciana. Através de temas relacionados às finanças pessoais, a entidade acaba abordando também as questões do plano de previdência.

Equilíbrio dos planos - O último painel do Encontro Regional Sudoeste + Sul abordou o tema “Equilíbrio dos Planos - Visão de Cenário e Avaliação de Ações” e mostrou através de análises tecnicamente densas que, se por um lado não faltam desafios, por outro o sistema mostra-se como

sempre sólido, sem nenhuma ameaça séria à sua solvência ou liquidez, até porque as causas da tempestade são temporárias. Mas sem que essa certeza de estabilidade, mesmo em um ambiente mais volátil, signifique que este não seja o momento de oferecermos propostas de aprimoramento, como a Abrapp vem fazendo ao propor que o possível déficit de 2021 tenha o seu exame postergado para 2023, entre outras ideias que estão surgindo.

O nosso é um sistema importante para muitos brasileiros e, portanto fundamental na vida social do país e que, por estar apoiado em um regime de capitalização, precisa ter a sua sustentabilidade acompanhada de muito perto, como fazemos em nossas entidades. Foi com essas palavras que Jarbas Antonio de Biagi, Diretor Executivo da Abrapp, atuando como moderador, abriu o 6º Painel. Reforçam essa imagem, segundo ele, a gestão de um patrimônio superior a R\$ 1 trilhão e os quase R\$ 80 bilhões pagos anualmente em benefícios a perto de 800 mil pessoas. Algo assim precisa dar certo, como vem acontecendo, mas os cuidados se justificam num cenário difícil como o atual.

“Por isso, acompanhamos tudo de perto. É nessa linha de cuidados para compreender o que está acontecendo e as melhores políticas a serem adotadas que se está realizando este painel, inclusive como oportunidade para sabermos o que pensa a Previc”, resumiu Jarbas de Biagi.

Primeiro expositor, Christian Catunda, Coordenador-Geral de Orientação de Atuária e Contabilidade da Previc, centrou a sua exposição em uma análise e observações sobre questões como o equilíbrio dos planos e dos riscos que o ameaçam, quaisquer que sejam.

Catunda lembrou ter o sistema vivido entre 2015 e 2020 um longo período de resultados favoráveis. Partiu-se de um déficit em torno de R\$ 77 bilhões para um superávit de R\$ 8 bilhões. Já no ano passado, fruto das dificuldades por todos conhecidas, o número final provavelmente veio outra vez negativo. “Mas ficando muito claro que se trata de algo conjuntural e muito distante de um quadro de insolvência”, sublinhou Catunda.

Na sequência, Catunda exibiu gráfico com índices de solvência, mostrando que “a maioria das entidades, inclusive as de importância sistêmica, está próxima ou superando os 100%. E a expectativa com a qual trabalhamos é que continue assim”, salientou. É até mesmo motivo adicional de tranquilidade, continuou Catunda, o fato de as entidades integrarem um sistema que olha para o longo prazo e recebe contribuições estáveis ao longo de décadas.

Dos ativos em renda fixa, 53% estão em títulos públicos federais, percentual que supera os 60% se incluídas as operações compromissadas. Num quadro desses, o risco de mercado é afetado especialmente pelos indicadores econômicos e Selic, que já está em 11,75% e pode chegar aos 12,75% ao final do atual ciclo de alta da taxa básica de juros. “E isso afeta, é claro, o equilíbrio dos planos, mas são fatores passageiros e não irão impactar em um horizonte mais distante de tempo”, reforçou Catunda.

A tendência da taxa de juros atuarial mostra-se declinante e qualquer mudança nessa direção será paulatina. Se existe alguma possibilidade de aperfeiçoamento na legislação que rege esse assunto, uma chance disso acontecer seria em relação à customização dos intervalos das taxas de juros.

Quanto aos impactos que a longevidade pode ter, tranquiliza sabermos que a grande maioria das entidades já utiliza tábuas longevas. A Previc, disse Catunda, acompanha a tudo isso de muito perto, especialmente os estudos e os cálculos quanto à reserva matemática fruto da recente Portaria 801

“Temos uma situação complexa, ainda que conjuntural. Vivemos uma crise internacional, uma pandemia que vai ficando para trás mas durou mais de 2 anos e, agora, um conflito internacional, tudo isso desestruturando a cadeia de fornecedores pelo mundo. A inflação crescendo no Mundo, tudo somado acentuando um quadro atípico, que no plano interno inclui um ano eleitoral e os impactos do que acontece no Exterior no plano interno”, iniciou o segundo expositor no painel, Silvío Rangel Silveira, Consultor e Especialista em Previdência, com isso reforçando o desenho do cenário de dificuldades enfrentado pelas entidades.

Tal quadro eleva as incertezas, os riscos e a volatilidade, já refletidos nos números do ano passado. Em 2021, o sistema marcou R\$ 53 bilhões de superávit e R\$ 17 bilhões, espelhando a soma obtida pelas entidades que tiveram um ou outro, sendo R\$ 36 bilhões o déficit líquido.

Visão detalhada - Detalhando um pouco mais os números, comparando-os com o ano anterior, Silvio Rangel chamou a atenção para outro aspecto: em 2020 o sistema tinha 119 entidades superavitárias e em 2021 apenas 108, o que significou uma queda de 9%, sendo este percentual o menor da série histórica desde 2013. Já a quantidade de deficitárias subiu de um ano para o outro de 84 para 112, um crescimento de 33%.

Fazendo a mesma conta no que diz respeito à quantidade de pontos, no caso dos superavitários observou-se um encolhimento de 18% e no de deficitários um crescimento de 25%, mostrou Silvio Rangel. Essa piora de resultados também se destaca na série histórica.

Silvio Rangel reconheceu que os déficits sofridos nos anos de 2015 e 2015 alcançaram valores maiores, chegando a R\$ 80 bilhões, mas naquela época chegou-se a tais montantes com um número menor de planos deficitários. A conclusão é que o quadro deficitário atual é menor, mas mais disseminado por um maior contingente de entidades e planos.

A última mudança estrutural no quadro normativo é de 6 anos atrás. Foi um processo de construção naquela época que envolveu atuários, economistas, contadores, advogados, pessoal do governo, participantes e especialistas de modo geral em um processo bastante amplo, ao mesmo tempo que complexo. A discussão exigiu anos de construção desse modelo. E essas regras suportaram adequadamente os momentos de volatilidade até agora. Já o momento que se vive agora pode trazer a oportunidade da abertura de um novo debate. Por exemplo, com a alteração de alguns parâmetros que atenuassem o efeito da crise sobre os resultados dos planos. Há que se ver melhor como se comportam entre si as taxas de mercado e as atuariais.

Finalizou reforçando a proposta de postergação do equacionamento do déficit de 2021 para 2023, considerando o caráter circunstancial dos motivos que levaram aos resultados do ano passado. Após lembrar que o próprio mercado já trabalha com taxas acima do teto da Previc, apresentou tecnicamente outras soluções que viriam a evitar o exame da questão agora.

A série de Encontros Regionais 2022 é realizada pela Abrapp, com o apoio institucional de UniAbrapp, Sindapp, ICSS, Sindapp e Conecta. Os encontros contam com Patrocínio Prata da Santander Asset Management; Patrocínio Bronze da BNP Paribas Asset Management, da Captalys e da Trígono Capital; além do apoio da Apoena Consultoria em Seguros, da I9 Advisory e da Mapfre Investimentos.

A participação no evento valerá aos profissionais certificados 4 pontos no Programa de Educação Continuada - PEC do ICSS.

(Colaborou Jorge Wahl)

Fonte: [Abrapp em Foco](#), em 07.04.2022.